



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004461-10.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **CAMILA FERNANDA DOS SANTOS SILVA**
 Requerido: **GRAZIELE DIAS LEÃO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido da ré uma motocicleta, a qual cerca de quinze dias depois começou a apresentar problemas de funcionamento até que seu motor "travou".

Almeja à rescisão do contrato e à restituição do valor pago pelo bem.

Já a ré em contestação ressaltou que a autora tinha conhecimento de que a motocicleta estava vazando óleo, tanto que ela foi encaminhada a um mecânico que procedeu ao devido reparo.

As partes na sequência deixaram claro que não tinham interesse no alargamento da dilação probatória.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso porque restou incontroversa a transação em apreço cristalizada na compra de uma motocicleta por parte da autora junto à ré.

Apurou-se de igual modo que após curto espaço de tempo o motor do veículo travou, o que é compatível com a presença de vício oculto a macular o negócio.

A explicação da ré, por outro lado, não contou com o apoio de um indício sequer.

Tocava-lhe comprovar que a motocicleta já ostentava problemas de funcionamento, que isso era de ciência da autora e que a mesma tomou as providências necessárias para saná-los.

Como se não bastasse, deveria a ré demonstrar que o problema ao final detectado tinha ligação com o suposto vazamento de óleo que havia quando a motocicleta foi entregue à autora.

Todavia, nada foi produzido a esse propósito, não se desincumbindo a ré minimamente do ônus que pesava sobre ela (art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil).

Bem por isso, a conclusão que transparece de rigor é a de que assiste razão à autora na postulação que formulou.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.500,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2016 (época da consumação do contrato), e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo, por oportuno, que após a quitação da dívida da ré deverá a autora restituir-lhe a motocicleta que está em seu poder.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**